



16a21  
OUT  
2017

XV MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

VII SALÃO DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

O atendimento às normas da ABNT é de responsabilidade dos autores.



## OS CONTROLES INTERNOS APLICADOS PARA ACOMPANHAR OS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO PARANHANA/RS

Graduação: Ciências Contábeis  
Área temática: Ciências Sociais Aplicadas  
Resultados: Resultado Final  
Forma de apresentação: Pôster

Jessica Caroline Prass<sup>1</sup>- Ailson José Vier<sup>2</sup>

### RESUMO

A administração pública tem por objetivo a prestação de serviços públicos, e, para atingi-los, atua de forma planejada, organizada, dirigida e controlada, visando satisfazer às necessidades e o interesse da coletividade. Nesse sentido, o controle é parte integrante na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que trouxe a responsabilidade com a gestão fiscal. O controle interno dos atos e atividades desempenhados na administração, ajuda os governantes no alcance de seus objetivos e na utilização adequada dos recursos públicos confiados, além de proteger a população. O presente estudo apresenta como tema os controles internos, aplicados para o acompanhamento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), nos municípios do Vale do Paranhana/RS, e seu objetivo foi o de identificar esses controles, estabelecidos para acompanhar os limites das despesas com as rubricas de pessoal, educação e saúde como auxílio à gestão financeira. Como metodologia, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, num estudo de casos múltiplos, de forma exploratória e abordagem qualitativa, mediante coleta de dados com entrevistas semiestruturadas, nas Unidades Centrais de Controle Interno (UCCI) dos municípios do Vale do Paranhana/RS. Com os resultados obtidos, pode-se perceber que as UCCIs acompanham os limites abordados através da análise dos relatórios, que são enviados obrigatoriamente ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Administração Pública. Controle Interno. Lei de Responsabilidade Fiscal.

### REFERÊNCIAS

CRUZ, Flávio da; JUNIOR, Adauto Viccari; GLOCK; José Osvaldo; HERZMANN, Nélio; TREMEL, Rosângela. *Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei complementar nº 101 de 4 de maio 2000*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

<sup>1</sup> Acadêmica das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. jessicaprass@sou.faccat.br

<sup>2</sup> Professor Orientador das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. ailsonjvier@gmail.com



**16a21  
OUT  
2017**

**XV** MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**VII** SALÃO DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

O atendimento às normas da ABNT é de responsabilidade dos autores.



KOHAMA, Heilio. *Contabilidade pública: teoria e prática*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

QUINTANA, Alexandre Costa; MACHADO, Daiane Pias; QUARESMA, Jozi Cristiane da Costa; MENDES, Roselaine da Cruz. *Contabilidade pública: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal*.

SOUZA, Jorge Bento de. *Controle interno municipal: uma abordagem prática*. Porto Alegre: Evangraf, 2006.